

A Legitimação Régia e o mito Arturiano em Historia Regum Britanniae na Inglaterra de Henrique II

Royal legitimization and the Arthurian myth in the Historia Regum Britanniae in Henry II's England

João Paulo Silva

Resumo

Este artigo analisa o uso do mito arturiano como instrumento de legitimação do poder régio na Inglaterra do século XII, com ênfase no reinado de Henrique II (1154 – 1189). A partir da Historia Regum Britanniae, de Geoffrey de Monmouth, examina-se a reconfiguração da figura de Arthur como modelo de realeza e sua apropriação pela dinastia Plantageneta. Argumenta-se que o mito foi mobilizado como recurso simbólico de autoridade e continuidade dinástica, em um contexto de instabilidade política e rivalidade com a monarquia francesa, envolvendo não apenas sua construção, mas também o controle de seus significados.

Palavras-Chave: Rei Arthur; Henrique II; Geoffrey de Monmouth; Plantagenetas

Abstract

This article analyzes the use of the Arthurian myth as an instrument for legitimizing Royal power in twelfth-century England, with emphasis on the reign of Henry II (1154 – 1189). Based on Geoffrey of Monmouth's Historia Regum Britanniae, it examines the reconfiguration of King Arthur as a model of kingship and its appropriation by the Plantagenet dynasty. It argues that the myth was mobilized as a symbolic resource of authority and dynastic continuity in a context of political instability and rivalry with the French monarchy, involving not only its construction but also the control of its meanings.

Keywords: King Arthur; Henry II; Geoffrey of Monmouth; Plantagenets.



Introdução

A legitimação do poder régio na Idade Média não se restringia a fundamentos jurídicos ou militares, mas envolvia, de maneira decisiva, a construção e a mobilização de representações simbólicas. Em um contexto no qual a autoridade política dependia da capacidade de se afirmar como legítima, a tradição, a memória e a narrativa desempenhavam papel central na consolidação do poder. Nesse sentido, figuras associadas ao campo do mito ou da lenda, como o rei Arthur, não devem ser compreendidas apenas como elementos da cultura literária medieval, mas como componentes ativos das dinâmicas políticas da época.

Narrativas que combinavam elementos históricos e lendários podiam operar como instrumentos eficazes de legitimação, ao fornecer modelos de autoridade e estabelecer continuidades simbólicas. A mobilização dessas narrativas permitia articular passado e presente, conferindo sentido e estabilidade a contextos marcados por disputas e transformações.

É nesse quadro que se insere o presente estudo, que analisa o uso político do mito arturiano como instrumento de legitimação do poder régio na Inglaterra do século XII, com ênfase no reinado de Henrique II e na consolidação da dinastia Plantageneta. Parte-se do pressuposto de que a mobilização do passado deve ser compreendida como uma prática social e política, orientada por interesses específicos e vinculada às disputas de poder de seu tempo.

A ascensão de Henrique II ocorreu em um contexto de instabilidade dinástica e fragmentação política, no qual a consolidação da autoridade régia exigia a elaboração de estratégias que ultrapassassem o plano militar. A necessidade de afirmar uma identidade monárquica capaz de rivalizar com as tradições continentais, especialmente a herança carolíngia mobilizada pela monarquia francesa, reforçou a necessidade de uma base simbólica de legitimação.

Nesse processo, a *Historia Regum Britanniae*, escrita por Geoffrey de Monmouth no século XII, desempenhou um papel fundamental ao oferecer uma

reinterpretação do passado britânico que valorizava a figura do rei Arthur como modelo de realeza. A obra não apenas difundiu o ciclo arturiano, mas contribuiu para sua reconfiguração como um repertório simbólico passível de apropriação política, articulando elementos históricos, lendários e ideológicos.

Diante desse contexto, o problema que orienta este estudo consiste em compreender de que maneira a figura de Arthur, tal como construída por Geoffrey de Monmouth, pôde ser apropriada pela monarquia Plantageneta como instrumento de legitimação política. A partir de uma abordagem histórico-interpretativa, baseada na análise textual da *Historia Regum Britanniae* em diálogo com a historiografia especializada, busco investigar como a figura de Arthur foi mobilizada como instrumento de legitimação do poder Plantageneta e de que maneira sua construção como paradigma régio permitiu à monarquia inglesa reivindicar continuidade histórica e autoridade simbólica em um contexto de disputas políticas internas e externas.

Meu argumento é que o mito arturiano, ao ser apropriado pela elite anglo-normanda, foi ressignificado como um recurso estratégico de legitimação, contribuindo para a construção de uma ideologia dinástica baseada na continuidade, na centralização e na afirmação de uma identidade régia britânica. Além disso, sustento que esse processo envolveu não apenas a elaboração de uma narrativa legitimadora, mas também o controle de seus significados, evidenciando o papel central das representações na configuração e manutenção do poder.

Contexto político e crise de legitimidade na Inglaterra do século XII

A ascensão de Henrique II ao trono inglês, em 1154, marcou o início do governo da dinastia Plantageneta, casa de origem angevina que permaneceria no poder da Inglaterra por mais de três séculos. Herdando não apenas a coroa inglesa, mas também extensos territórios no continente, que incluíam a Normandia, Anjou, Maine e a Aquitânia, Henrique construiu o que o autor



francês Amaury Chauou chama de Império Angevino¹. Esse conglomerado de terras, embora impressionante, carecia de uma unidade simbólica que o sustentasse diante de seus desafios internos e externos.

Henrique demonstrava uma necessidade particular de legitimação, uma vez que seu império angevino foi construído por meio da herança, do casamento e da conquista, sem se apoiar em nenhuma entidade política preexistente. A complexidade aumentava pelo fato de que ele mantinha a Normandia, Anjou e Aquitânia sob a suserania do rei da França. Além disso, como observa Chauou, para muitos de seus contemporâneos, Henrique encarnava o princípio dinástico anglo-angevino em meio a uma população ainda majoritariamente anglo-saxônica². Isso acentuava ainda mais seu distanciamento com as tradições locais e tornava ainda mais necessário o investimento em um discurso de legitimidade.

A rivalidade entre Plantagenetas e seus soberanos na França – os Capetos – não era apenas territorial, ela tinha também um profundo componente ideológico. Segundo Chauou, na rivalidade ideológica (entendida, por enquanto, no sentido amplo de representação de poder) entre os Capetos e os Plantagenetas, cada um buscava legitimar-se como o verdadeiro herdeiro das tradições que fundamentavam a soberania³. Enquanto o rei francês, especialmente através da figura de Carlos Magno, ancorava sua autoridade na tradição germano-cristã, Henrique II buscava uma alternativa que lhe permitisse reivindicar um passado igualmente grandioso.

Para Christopher Michael Berard, a história britânica criada por Geoffrey de Monmouth oferecia, em muitos aspectos, um modelo útil⁴. A cronologia indica que Henrique II foi o primeiro rei da Inglaterra a ter a oportunidade de se associar à representação do rei Arthur elaborada por Monmouth. Ele não apenas recontou a história dos reis britânicos, mas a reconstruiu para oferecer um

¹ CHAUOU, Amaury. **L'idéologie Plantagenêt**: royauté arthurienne et monarchie politique dans l'espace Plantagenêt (XIIe-XIIIe siècles). Rennes: Press universitaires de Rennes, 2001, p. 20.

² *Ibidem*, p. 28.

³ *Ibidem*, p. 24.

⁴ BERARD, Christopher Michael. **Arthurianism in early Plantagenet England**. Woodbridge: The Boydell Press, 2019, p. 5.

modelo de realeza heroica, associando os Plantagenetas a uma linhagem antiga e gloriosa. Mais do que um mito fundador, sua obra ofereceu aos novos governantes da Inglaterra um mito legitimador.

Assim, para compreender plenamente a política simbólica do reinado de Henrique II, é necessário analisar como sua afirmação política se entrelaçava com uma construção literária cuidadosamente elaborada, que visava não apenas consolidar seu poder, mas também rivalizar diretamente com os modelos de legitimidade promovidos por seus adversários franceses.

A forja de uma ideologia dinástica: Henrique II e a apropriação do mito Arturiano.

Além de suas habilidades políticas e militares, Henrique II destacou-se por sua formação intelectual e interesse pela literatura, sendo reconhecido como patrono das artes e da cultura. Seu reinado foi marcado por um notável florescimento literário, impulsionado em grande parte pelo apoio direto que concedia aos escritores de sua época. As numerosas dedicatórias dirigidas ao rei e à sua família, constituem indícios claros de uma prática de evergetismo e patrocínio cultural⁵. Essa dimensão cultural deve ser compreendida como parte integrante da estratégia política de Henrique para fortalecer sua posição em um reino ainda marcado pela fragmentação.

Esse ambiente cultural efervescente, no entanto, não se limitava ao refinamento intelectual: servia como instrumento estratégico para moldar uma narrativa histórica legitimadora. Longe de ser neutra, essa produção atuava em consonância com as estratégias de legitimação dinástica. Henrique se beneficiou da forma como seu reinado foi retratado nas inúmeras crônicas que inspirou, ou mesmo naquelas que, embora mantendo relativa independência, sofreram sua influência.

⁵ CHAUOU, *op. cit.*, p. 18.



De acordo com Chauou⁶, por meio da análise das fontes, é possível compreender as mudanças que ocorreram a partir do reinado de Henrique II. Essa ideologia Plantageneta não surgiu plenamente formada, mas foi construída gradualmente, em resposta a necessidades políticas urgentes, como a legitimação do poder angevino, a unificação de um reino fragmentado e a oposição direta à dinastia Capetíngia. Para o rei inglês, o uso das crônicas não se limitava à celebração da linhagem: havia um propósito estratégico mais profundo, que envolvia a apropriação da figura histórico-lendária do Rei Arthur.

Nesse contexto, a recuperação da HRB, que começou a ser escrita pelo monge Geoffrey de Monmouth ainda no reinado de Henrique I, avô de Henrique II, atendia a objetivos tanto continentais quanto insulares, evidenciando o extraordinário poder de legitimação do mito arturiano.

No século XII, a figura do rei Arthur emergiu como um dos grandes soberanos do imaginário literário europeu. Berard afirma que, diferentemente de personagens como Alexandre, o Grande, ou Carlos Magno, cuja historicidade é mais firmemente estabelecida, Arthur possuía uma base histórica muito mais tênue, o que o tornava particularmente moldável às necessidades políticas e culturais de seu tempo⁷.

Com o colapso do Império Romano no século V, a Bretanha tornou-se vulnerável a ataques de diversos povos, entre os quais se destacaram os saxões. No século VI, esses invasores consolidaram seu domínio sobre grande parte da ilha, provocando grandes transformações na estrutura sociopolítica local e o recuo dos antigos britões para regiões ocidentais, como o que hoje conhecemos como País de Gales. Como sugere a historiadora Adriana Zierer, foi nesse cenário de fragmentação e incerteza que começou a se formar, entre elites e cronistas, a ideia de um rei idealizado, cuja figura, embora ancorada em tradições anteriores, passou a funcionar como um recurso narrativo para dar coesão simbólica a um passado em ruínas e legitimar novas formas de autoridade⁸.

⁶ *Ibidem*, p. 186.

⁷ BERARD, *op. cit.*, p. 6.

⁸ ZIERER, A. **Arthur**: De guerreiro a rei cristão nas fontes medievais latinas e célticas. *Brathair*, São Luís, v. 2, n. 1, p. 45-61, 2002. ISSN 1519-9053.

Para Higham, Arthur era essencialmente uma figura mítica, e seu valor para os escritores medievais residia na recuperação de elementos do passado capazes de oferecer qualidades legitimadoras que refletissem e sustentassem percepções contemporâneas sobre poder e cultura⁹. De fato, como afirma Zierer, a construção da figura de Arthur como rei foi um processo que se estendeu do século VI ao XII, período em que o mito, inicialmente associado à resistência britã, passou a ser apropriado por diferentes elites como instrumento de afirmação política¹⁰.

A Historia Regum Britanniae

Produzida por volta de 1138, a HRB, de Geoffrey de Monmouth, rapidamente se consolidou como uma das obras mais influentes da historiografia medieval europeia. Sua autoria está associada ao ambiente político da corte de Henrique I, filho de Guilherme, o Conquistador e avô de Henrique II, embora não haja evidências conclusivas de que tenha sido diretamente encomendada por ele¹¹. Geoffrey propõe uma narrativa genealógica dos reis da Bretanha que combina história, mito e ficção, narrando desde a fundação mítica da Bretanha até a dominação anglo-saxônica.

A narrativa da HRB se inicia com a chegada de Brutus de Troia, descendente do herói troiano Eneias, que, após vagar pelo Mediterrâneo, funda a Bretanha em uma ilha isolada. A partir desse ponto, Geoffrey constrói uma sucessão régia que abrange dezenas de monarcas, muitos deles figuras míticas, incluindo Uther Pendragon e seu filho, Arthur. Embora envolta em elementos fabulosos, a obra revela objetivos políticos evidentes. Como afirma Higham, seu propósito era, de um lado glorificar o passado britão em oposição à tradição anglo-saxônica, e por outro, legitimar o domínio dos governantes anglo-normandos¹².

⁹ HIGHAM, *op. cit.*, p. 16.

¹⁰ ZIERER, *op. cit.*, p. 46.

¹¹ CHAUOU, *op. cit.*, p. 58.

¹² HIGHAM, *op. cit.*, p. 426.



Compreender o alcance dessas intenções exige a devida contextualização da obra no cenário político da Inglaterra do século XII, assim como a análise das motivações que levaram Geoffrey de Monmouth a construir essa nova versão do passado britânico.

No início de sua obra, Geoffrey expressa surpresa pela ausência de registros sobre os reis britânicos anteriores à era cristã e apresenta a origem da narrativa que se propõe a traduzir. Segundo o autor, Walter, arqui-diácono de Oxford e profundo conhecedor de histórias estrangeiras, teria lhe fornecido um antigo livro escrito em língua britânica, contendo uma narrativa contínua dos reis da Bretanha, desde Brutus até Cadwallader. Geoffrey afirma ter traduzido esse material para o latim, adaptando-o ao seu próprio estilo e forma de escrita¹³.

Embora não haja consenso quanto à existência desse suposto livro, a figura de Walter é confirmada por evidências documentais, como duas cartas relacionadas a fundações religiosas em Oxford, nas quais o arqui-diácono figura como cossignatário e Geoffrey aparece como testemunha¹⁴. A partir desse relato que Geoffrey justifica a composição da *Historia Regum Britanniae* e reivindica autoridade para a narrativa que apresenta ao leitor.

Segundo Higham, o início do século XII testemunhou o surgimento de uma nova geração de monges anglo-normandos empenhados em reescrever a história das ilhas britânicas¹⁵. Como ponto de partida, muitos desses autores recorriam à *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum*, de Beda, considerada à época um relato autorizado da história britânica. Escrita em meados do século VIII, essa obra descreve o processo de cristianização da Inglaterra, cobrindo desde a ocupação romana até os dias do próprio autor, e destacando a adoção progressiva do cristianismo pelos diversos reinos anglo-saxões.

¹³ MONMOUTH, G. **History of the Kings of Britain**. London: Penguin Books, 1966, p. 51-52.

¹⁴ THORPE, L. Introduction. In: MONMOUTH, G. **History of the Kings of Britain**. Londres: Penguin Books, 1996.

¹⁵ HIGHAM, *op. cit.*, p. 413.

Geoffrey de Monmouth, contudo, apresenta uma proposta muito mais ambiciosa. Como observa Rees Davies¹⁶, enquanto Beda inicia sua narrativa com a chegada de Júlio César, Geoffrey somente aborda esse episódio muito à frente, se dedicando antes disso na elaboração de um passado lendário que se estende por mais de mil anos, a partir de Brutus de Troia, o mítico fundador da Bretanha.

Ao longo de seu relato, Geoffrey entrelaça acontecimentos reais e fictícios, listando os supostos reis que governaram a Bretanha. Entre eles, três figuras se destacam: Brutus, a quem ele atribui a fundação do reino e patrono dos britões; Belinus, que supostamente teria saqueado Roma; e Arthur. Como Thorpe faz questão de esclarecer ao comentar sobre esses três personagens, “Brutus em particular nunca existiu; Roma nunca foi saqueada por um britânico chamado Belinus; e o Arthur de Geoffrey está muito mais próximo do herói fictício [...]. Em suma, a maior parte do material da HRB é ficcional e alguém o inventou”¹⁷.

Alguns autores criticam abertamente a obra de Monmouth, como Davies, que a considera uma “grande farsa literária”¹⁸. No entanto, mesmo não se tratando de uma *verax historia* (história verdadeira), possivelmente os leitores medievais a tomavam como tal. Nesse sentido, como sustentam Ad Putter e Elizabeth Archibald, o Arthur de Geoffrey desfrutou do status de fato incontestável por muito tempo¹⁹. Mesmo entre seus críticos, como o próprio Davies, há reconhecimento da grandiosidade alcançada pela obra, que influenciou autores por gerações. Além disso, a sobrevivência de mais de 200 manuscritos, superando Beda, testemunha seu impacto cultural e político.

¹⁶ DAVIES, R. **Nations and National Identities in the Medieval World: An Apologia**. BTNG RBHC, Oxford, v. 34, n. 4, p. 567-579, 2004, p. 50.

¹⁷ THORPE, *op. cit.*, p. 17, tradução nossa.

¹⁸ DAVIES, R. **The first English empire: Power and Identities in the British Isles 1093-1343**. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 50, tradução nossa.

¹⁹ PUTTER, Ad. The twelfth-century Arthur. In: ARCHIBALD, E.; PUTTER, A., (Orgs.) **The Cambridge Companion to the Arthurian Legends**. Cambridge Companion to Literature. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, p. 31.



Mas foi Arthur, e também o mago Merlin, que proporcionaram a Geoffrey um lugar destacado na história da literatura europeia. Lewis Thorpe, citando Lewis Jones, afirma que Monmouth “oferecia exatamente o que uma era romântica ansiava, e Arthur se tornou a figura central do mais popular e esplêndido dos ciclos românticos...um herói cujo feito desafiava qualquer comparação com os de Alexandre e Carlos Magno”²⁰. Geoffrey transformou a imagem de Arthur, de um simples *dux bellorum*, ou seja, um chefe de batalhas britão e figura fantástica, em um verdadeiro paradigma do que um rei deveria ser.

Arthur entra em cena somente no capítulo XIX do livro VIII da HRB, quando Geoffrey narra sua concepção como resultado de um estratagema de seu pai, Uther Pendragon, com a ajuda de Merlin. Este transforma Uther na imagem de Gorlois, duque da Cornualha, para enganar Igraine, esposa do duque, e assim possibilitar uma noite de união com ela. Dessa união nasceu “Arthur, o mais famoso dos homens, que posteriormente ganhou grande renome por sua bravura extraordinária”²¹.

Após a morte de Uther, os nobres escolheram Arthur como seu sucessor, então com apenas quinze anos de idade, mas que, como observa, já era considerado “um jovem de coragem e generosidade incomparáveis, aliadas à doçura de temperamento e à bondade inata, que lhe renderam amor universal”²². Como líder militar, suas capacidades em combate e comando tornaram-se evidentes: seu brilho inspira os soldados sob seu comando.

Geoffrey de Monmouth constrói deliberadamente, em sua narrativa, uma imagem de Arthur como figura temida e reverenciada por outros povos, indo além da simples exaltação do herói. Ao representá-lo como um monarca cuja influência transcendia fronteiras, alarmando outros reis e moldando padrões de comportamento, Geoffrey parece engajado na construção de um ideal de soberania britânica capaz de rivalizar com os grandes impérios da cristandade.

²⁰ THORPE, *op. cit.*, p. 21, tradução nossa.

²¹ MONMOUTH, *op. cit.*, p. 207, tradução nossa.

²² *Ibidem*, p. 208, tradução nossa.

Além do guerreiro vitorioso, Geoffrey constrói Arthur como um modelo de rei cristão. Exemplos da devoção de Arthur são visíveis, como aponta Monmouth, não apenas em seu símbolo, um escudo com a imagem da Virgem Maria, “que o obrigava a pensar perpetuamente nela”²³, mas também em seus esforços para restaurar igrejas e reintegrar a nobreza dispersa pelos distúrbios saxões. Essa representação religiosa, fortemente idealizada, antecipa o papel que o mito arturiano desempenharia nos séculos seguintes como instrumento de legitimação do poder régio em um contexto de crescente centralização monárquica.

Outras qualidades atribuídas a Arthur por Geoffrey, que também podem ser associadas ao ideal do bom rei cristão, são o altruísmo e a generosidade. Essas virtudes são apresentadas como uma obrigação régia que serve de justificativa para suas campanhas militares. Assim, a figura do monarca generoso também se torna, paradoxalmente, a do conquistador.

Além de um líder temido, Arthur também conquistava a fidelidade de seus seguidores pelos valores morais que encarnava. Nesse contexto, Arthur torna-se o arquétipo do soberano cristão, capaz de subjugar povos pagãos e exercer autoridade sobre vastas regiões. A HRB de Geoffrey de Monmouth lança as bases dessa construção simbólica, que se fortaleceria nos séculos seguintes, ao associar a autoridade régia à virtude religiosa e à missão civilizatória.

A representação de Arthur construída por Geoffrey ultrapassa a figura do simples conquistador militar. Ao longo da *Historia Regum Britanniae*, o rei é associado à proteção da Igreja, à restauração da ordem e à condução de seu povo contra inimigos externos, reunindo atributos que combinam autoridade política, virtude religiosa e legitimidade moral. Essa construção aproxima Arthur de modelos bíblicos de realeza, especialmente da figura do rei Davi. Nesse sentido, Higham argumenta que Geoffrey concebia os britânicos como um novo povo de Israel ²⁴, enquanto Berard identifica paralelos mais específicos com a

²³ *Ibidem*, p. 217, tradução nossa.

²⁴ HIGHAM, *op. cit.*, p. 417.



narrativa do Êxodo e com a imagem davídica de governante escolhido por Deus²⁵. Mais do que reproduzir modelos bíblicos, Geoffrey mobiliza esses elementos para apresentar Arthur como um soberano ideal, cuja autoridade se fundamenta tanto na capacidade militar quanto em sua associação com valores cristãos.

Como sinal de sua perícia autoral, Geoffrey, em determinados momentos da HRB, rejeita trechos da suposta fonte que afirma estar traduzindo, como no episódio da águia falante, que ele descarta, justificando ser fantasiosa demais para incluir em seu relato. Para Thorpe, essa estratégia cumpre dois objetivos: primeiro, para mostrar que há um limite para a credulidade do próprio autor, o que aumenta a aceitação de outros trechos igualmente fabulosos que ele apresenta como verdadeiros; segundo, demonstrar ao leitor uma postura de discernimento e senso histórico²⁶.

Essa tentativa de se posicionar como um historiador confiável também se revela nas referências a figuras de autoridade do passado, como Gildas – autor da *De Excidio et Conquestu Britanniae*, principal fonte escrita sobre a Bretanha pós-romana; e Alfred, rei de Wessex de 871 a 899, conhecido por seu papel na tradução e preservação de textos históricos. Ao remeter seus leitores a autores e autoridades reconhecidas, Geoffrey procura apresentar seu relato como parte de uma tradição historiográfica anterior, e não como uma criação individual. Mais do que citar nomes prestigiosos, ele constrói uma cadeia de transmissão do conhecimento que conecta o passado britânico a figuras consideradas confiáveis por seus contemporâneos. Dessa forma, a autoridade da narrativa não repousa apenas na palavra do próprio Geoffrey, mas também na legitimidade daqueles que supostamente preservaram e transmitiram essas informações ao longo do tempo.

Se até aqui examinamos a construção textual de Arthur e seu impacto simbólico, é preciso agora voltar os olhos às condições políticas e às motivações que moldaram tal representação.

²⁵ BERARD, *op. cit.*, p. 23.

²⁶ THORPE, *op. cit.*, p. 23.

Para Davies²⁷, a importância da obra de Geoffrey não reside apenas na questão de saber se seus contemporâneos a consideravam verdadeira, mas no fato de que é no campo da imaginação que surgem alguns dos universos políticos mais influentes e se enfrentam os desafios mais significativos. É nesse campo simbólico que se encontra o verdadeiro significado da obra de Geoffrey de Monmouth. Para Putter, o maior mérito de Geoffrey foi construir um passado glorioso para a Bretanha, anterior às invasões estrangeiras, primeiro pelos romanos, depois os anglo-saxões e, por fim, pelos normandos²⁸. Esses últimos, especialmente, demonstraram grande interesse pela história e cultura de seus novos domínios.

Para Zierer, o objetivo inicial de Monmouth era enaltecer o passado glorioso dos britões, alinhando-se com aqueles que historicamente resistiram ao domínio saxão²⁹. Nesse sentido, os anglo-normandos passaram a se apresentar como herdeiros da linhagem britã, especialmente por meio da figura de Arthur, o representante mais nobre dessa tradição.

Geoffrey de Monmouth também utilizou de forma estratégica o desfecho incerto da vida de Arthur. Ao invés de narrar sua morte de maneira definitiva, optou por encerrar a história do rei com uma ambiguidade deliberada. Após a traição de seu sobrinho Mordred e o combate final entre ambos, Arthur é mortalmente ferido e levado para a ilha de Avalon para ser curado, enquanto a coroa da Bretanha é transmitida a Constantino, filho de Cador, duque da Cornualha³⁰.

Ao evitar afirmar categoricamente a morte de Arthur, Geoffrey enfraquece a expectativa tradicional do seu retorno, aspecto fundamental do mito arturiano nas tradições galesas, e desloca a autoridade para um sucessor aceito pela nova elite anglo-normanda. Com isso, o autor sutilmente induz os leitores a aceitar a transição de poder, sugerindo que os normandos seriam

²⁷ DAVIES, *op. cit.*, p. 50.

²⁸ PUTTER, *op. cit.*, p. 64.

²⁹ ZIERER, *op. cit.*, p. 145.

³⁰ MONMOUTH, *op. cit.*, p. 261.



herdeiros naturais de Arthur. O rei ideal não retornaria mais, e caberia aos novos governantes continuarem sua obra.

A *Historia Regum Britanniae* não deve ser compreendida como uma tentativa de reconstrução neutra do passado britânico. Essa percepção não decorre apenas das interpretações da historiografia contemporânea, mas também das escolhas narrativas realizadas pelo próprio Geoffrey ao longo da obra. A valorização de determinados governantes, a construção de uma linhagem britânica gloriosa e a recorrente associação entre estabilidade política e autoridade régia sugerem uma narrativa orientada por preocupações políticas características do século XII.

Nesse sentido, Monmouth não buscava simplesmente registrar acontecimentos passados, mas elaborar uma história capaz de conferir sentido e legitimidade ao presente. A meu ver, essa intenção torna-se particularmente evidente na forma como a obra associa os momentos de prosperidade da Bretanha à presença de soberanos fortes e virtuosos, enquanto a fragmentação política aparece frequentemente vinculada ao declínio do reino. Em uma Inglaterra marcada por conflitos sucessórios e disputas dinásticas, essa representação do passado oferecia exemplos de unidade e estabilidade que dialogavam diretamente com os desafios enfrentados pela monarquia de seu tempo.

Embora Henrique I tenha falecido antes da conclusão da obra, a narrativa elaborada por Geoffrey continuou relevante durante o reinado de Henrique II, especialmente por apresentar uma visão de poder régio fundamentada na continuidade, na centralização e na legitimidade dinástica. Mais do que descrever o passado, a *Historia Regum Britanniae* contribuía para tornar determinadas concepções de autoridade politicamente desejáveis no presente³¹.

A representação de Arthur elaborada por Geoffrey de Monmouth encontrou grande ressonância na corte anglo-normanda, justamente por atender às demandas ideológicas daquele momento. Segundo Higham, sua

³¹ CHAUOU, *op. cit.*, p. 346.

narrativa proporcionava aos reis normandos um herói ancestral de proporções épicas, capaz de reforçar sua autoridade centralizada frente às pressões por descentralização, como ocorria na França, e de sustentar pretensões de superioridade sobre os territórios celtas. Além disso, a genealogia troiana atribuída aos britões por Geoffrey dialogava com os mitos de origem normandos, criando uma base comum e prestigiosa³².

Berard complementa ao destacar que a imagem de Arthur, soberano justo, legislador, atento aos conselhos dos barões e promotor da prosperidade comum, espelhava o ideal de governo pretendido pelos Plantagenetas³³. Higham reforça essa leitura ao apontar que, apesar das inconsistências históricas, a versão arturiana de Monmouth foi rapidamente apropriada pela nobreza, não apenas como símbolo de um passado glorioso, mas também como um instrumento de distinção frente à tradição anglo-saxônica³⁴. Tradição essa que já havia sido vencida militarmente pela força das armas dos normandos, mas que agora precisava ser superada também no plano simbólico e histórico.

A representação de Arthur feita por Geoffrey de Monmouth atribuía ao personagem não apenas os traços de um herói, mas também as virtudes do rei conquistador e do nobre de linhagem ilustre – qualidades fundamentais para a legitimação de qualquer dinastia medieval.

Como observa Simon Meecham-Jones, a importância da *Historia Regum Britanniae* não pode ser reduzida às intenções originais de seu autor nem às formas específicas como foi posteriormente utilizada³⁵. Mais importante do que a historicidade dos acontecimentos narrados era a capacidade da obra de organizar o passado britânico em uma narrativa coerente e prestigiosa. Ao sistematizar tradições dispersas e transformá-las em uma história contínua da Bretanha, Geoffrey produziu um repertório simbólico passível de apropriação por diferentes grupos e projetos políticos.

³² HIGHAM, *op. cit.*, p. 415.

³³ BERARD, *op. cit.*, p. 302.

³⁴ HIGHAM, *op. cit.*, p. 494.

³⁵ MEECHAM-JONES, S. Early reactions to Geoffrey's work. In: HENLEY, G.; SMITH, J. (Org.). **A Companion to Geoffrey of Monmouth**. Leyde: Brill, 2020, p. 205.



A influência duradoura da *Historia Regum Britanniae* decorreu não apenas de sua popularização da matéria arturiana, mas também de sua capacidade de oferecer um passado dotado de significado político, disponível para ser mobilizado em contextos diversos. Essa característica ajuda a explicar por que a obra se mostrou particularmente útil aos Plantagenetas, que encontraram nela um conjunto de referências históricas e simbólicas aptas a sustentar suas reivindicações de autoridade e continuidade dinástica.

A figura de Arthur como paradigma político

O uso político dos mitos arturianos por Henrique II pode ser compreendido sob dois eixos principais. Por um lado, a figura de Arthur oferecia um modelo ideal de realeza, que o monarca buscava incorporar como expressão de virtudes régias, como coragem, justiça, generosidade e capacidade de promover a unidade política. Por outro, esse passado mítico servia como instrumento estratégico para a consolidação do poder do rei, cuja autoridade se expandia sobre um vasto conjunto de territórios que incluía a Inglaterra e extensas possessões no continente. Nesse contexto, a memória arturiana podia ser mobilizada tanto para fortalecer a legitimidade régia diante de seus súditos quanto para sustentar as pretensões políticas e territoriais da monarquia.

Inicialmente, vamos nos concentrar naquele que pode ser representado pelo conceito de ideal cortês. Além das suas façanhas míticas e da função legitimadora que cumpria, a figura de Arthur também representava um arquétipo de soberania cavaleiresca. Como destacou Chauou, as crônicas do período enfatizavam não apenas as qualidades heroicas do rei britão, mas sobretudo o prestígio que ele encarnava como ideal de perfeição régia³⁶. Essa dimensão simbólica fazia de Arthur uma referência valiosa para Henrique II, que via no modelo do rei-cavaleiro uma maneira de projetar sua própria autoridade como monarca combativo. Ao adotar esse imaginário, Henrique não apenas enobrecia sua imagem pessoal, mas alinhava sua figura à de um

³⁶ CHAUOU, *op. cit.*, p. 200.

ancestral lendário que simbolizava os valores políticos e morais mais valorizados no contexto feudal.

Ao se apropriar da figura de Arthur, Henrique esperava conseguir controlar o que ele representava, manipulando-o para beneficiar a si mesmo. Durante o Renascimento do século XII, esse ideal cortês se estabeleceu como o discurso predominante entre os clérigos que atuavam para a nobreza, destacando valores como generosidade, coragem, honra e fidelidade. Qualidades essas que podiam ser interpretadas tanto sob uma ótica cristã quanto feudal. Conforme Chauou, os romances arturianos desempenhavam um papel crucial nesse processo, oferecendo uma visão de mundo moldada para o público aristocrático, que neles encontrava uma forma de pensar a si mesmo, sua posição social e suas relações com o poder³⁷.

Como destaca Berard³⁸, ao analisar a amálgama simbólica entre Henrique II e Arthur, especialmente no *Roman de Brut*, uma adaptação em verso da HRB, de Monmouth, escrita por Wace, percebe-se que a figura de Arthur passou a funcionar como uma via de mão dupla: enquanto exaltava as virtudes de Henrique, também oferecia ao próprio monarca um modelo ideal a ser seguido. Wace não apenas utilizou Arthur para reforçar a legitimidade de Henrique II, mas atribuiu ao personagem mítico traços que definiam o rei inglês como um soberano exemplar. A figura do rei mítico era, portanto, simultaneamente espelho e projeção do rei real.

Essa reconfiguração da imagem de Arthur serviu, portanto, a um projeto político simbólico mais amplo: tornar o mítico rei britão não apenas uma figura do passado glorioso, mas um protótipo ideal do monarca Plantageneta. Como observa Berard, trata-se de um processo de “angevinização” de Arthur, no qual o personagem é reformulado como uma prefiguração idealizada, quase sobre humana, de Henrique II³⁹. O mito deixa, assim, de ser apenas herança do

³⁷ *Ibidem*, p. 231.

³⁸ BERARD, *op. cit.*, p. 44.

³⁹ BERARD, *op. cit.*, p. 39.



passado e se transforma em um espelho político do presente, legitimando o poder vigente por meio da projeção mítica.

Arthur passa a ser representado não apenas como um rei cavaleiro, mas também um monarca majestoso, cuja autoridade deriva de uma relação íntima com a coroa e seus atributos sobrenaturais. Ele é, ao mesmo tempo, suserano e soberano, incorporando o ideal cortês que marcava o ideal político da corte angevina.

Para Henrique II, essa distinção era essencial: ao invés de uma autoridade baseada exclusivamente no sagrado e no direito dinástico tradicional, sua legitimidade passava também pela construção de um vínculo simbólico com a nobreza e pela afirmação de uma identidade cultural compartilhada com seus pares. Como enfatizou Chauou, a ideologia arturiana foi, nesse sentido, um “cimento político”⁴⁰ tão fundamental quanto os pactos de lealdade e a força militar. Um dos emblemas mais eficazes dessa construção literária foi justamente a Távola Redonda, um símbolo da união entre os cavaleiros e da igualdade entre nobres. Ela projetava uma visão de realeza não como dominância vertical e hierárquica, mas como um pacto entre iguais, liderado por um rei que era, simultaneamente, o primeiro entre pares e o representante ideal de toda a aristocracia guerreira.

A corte arturiana funcionava mais como um modelo idealizado de realeza do que como um reflexo da realidade. Contudo, essa projeção idealizada contrastava fortemente com a realidade do reinado de Henrique II, que, de fato, não se submetia aos costumes da corte nem governava sob a influência de seus pares. Na prática, sua autoridade era mais centralizadora e pragmática do que a imagem simbólica que buscava projetar. Como adverte Chauou, “o rei Arthur era muito mais ‘feudal’ do que o próprio Henrique II”⁴¹.

Ainda assim, essa contradição entre o real e o ideal foi estrategicamente explorado. A mitologia arturiana oferecia um repertório simbólico que permitia disfarçar o caráter autoritário do governo Plantageneta, ao vinculá-lo a uma

⁴⁰ CHAUOU, *op. cit.*, p. 243, tradução nossa.

⁴¹ *Ibidem*, p. 193, tradução nossa.

tradição heroica e nobre. Desse modo, os esquemas mentais do mundo feudal secular foram mobilizados para colocar Henrique II, aos olhos de seus contemporâneos, ao lado do modelo por excelência da corte ideal: a de Arthur, onde os ideais cortesãos encobriam habilmente os mecanismos reais de poder.

O fim de Arthur: apropriação e controle da memória

À medida que o reinado de Henrique II se aproximava do fim, a disputa pelo legado de Arthur assumiu novas formas. O uso político do mito, que até então havia se concentrado na reinterpretação literária e na assimilação simbólica, passou a se manifestar também por meio de ações concretas. Como observa Berard, a exploração arturiana no mundo Plantageneta extrapolou a hermenêutica e entrou no campo da ação simbólica direta⁴².

Dois eventos ocorridos com pouco tempo de intervalo exemplificam essa virada. O primeiro foi o nascimento, em 1187, de Arthur da Bretanha, filho póstumo de Geoffrey Plantageneta, o quarto filho de Henrique II, e de Constance da Bretanha, herdeira de um ducado de origem celta. Como explica Berard, o nascimento do menino foi celebrado como o cumprimento literal da “esperança britã”, que profetizava o retorno de Arthur. Ao ser batizado com esse nome, o recém-nascido foi aclamado como o *Arthurus redivivus*, o Arthur renascido, unindo, em sua linhagem, a tradição britã e a dinastia anglo-normanda⁴³.

Poucos anos depois, por volta de 1191, outro episódio marcaria essa tentativa de monopolizar o destino de Arthur, quando monges da Abadia de Glastonbury anunciaram a descoberta de seu túmulo, junto aos restos mortais de Guinevere. Ao narrar o destino final de Arthur em HRB, Geoffrey de Monmouth deixa a questão em aberto, como já discutido anteriormente. Como a localização da mítica ilha de Avalon jamais é explicitada, permaneciam possíveis múltiplas interpretações sobre o paradeiro do rei.

⁴² BERARD, *op. cit.*, p. 77.

⁴³ *Ibidem*, p. 77.



Segundo o relato de Gerald de Gales, clérigo e cronista intimamente ligado à corte inglesa, o próprio Henrique II teria fornecido aos monges de Glastonbury antes de sua morte em 1189 as informações que possibilitaram a localização da tumba, após ouvir de um contador de histórias britão. As escavações começaram em segredo, já no governo de seu filho, Ricardo, Coração de Leão⁴⁴.

A descoberta ocorreu em um momento delicado para a abadia de Glastonbury, que havia sido severamente danificada por um incêndio em 1184. A exibição de relíquias era uma prática monástica comum para restaurar prestígio e atrair peregrinos. Segundo Chauou os monges utilizaram técnicas consagradas da hagiografia para transformar Arthur em uma espécie de padroeiro histórico-lendário capaz de restaurar a relevância da abadia⁴⁵.

Contudo, como aponta Berard, a verdadeira inovação foi transformar a dificuldade em localizar o túmulo de Arthur, e que até então alimentava a esperança britã de seu retorno, em uma provada veracidade da descoberta⁴⁶. Gerald narra que os ossos estavam enterrados a mais de um metro e meio de profundidade, para “que não pudesse ser encontrado pelos saxões que ocuparam a ilha após sua morte” conforme reproduzido por Chauou, a partir do relato do próprio cronista⁴⁷. A explicação dava sentido ao longo tempo decorrido entre o desaparecimento de Arthur e o encontro de seu túmulo. Envolto em um tronco de carvalho e mercados por ferimentos visíveis, a sua descrição do corpo, com membros de tamanho excepcionais, conferia um caráter mítico à figura de Arthur.

Embora me pareça desnecessária a necessidade de uma “encenação” nesse momento do reinado de Henrique II, Berard defende que o monarca teve papel decisivo na gênese do episódio, ao fornecer ainda em vida as informações que teriam guiado os monges de Glastonbury. Assim, mesmo não tendo vivido para ver a descoberta ser anunciada, Henrique II teria sido o catalisador da

⁴⁴ HIGHAM, *op. cit.*, p. 426.

⁴⁵ CHAUOU, *op. cit.*, p. 311.

⁴⁶ BERARD, *op. cit.*, p. 90.

⁴⁷ CHAUOU, *op. cit.*, p. 317, tradução nossa.

operação e se beneficiado dela, já que a “descoberta dos ossos em solo inglês incentivou a percepção de Arthur como um rei inglês cujo legado [...] estava nas mãos competentes da casa Plantageneta”⁴⁸.

Uma evidência de que a descoberta possa ter sido forjada está na semelhança com uma narrativa preservada em um *mirabilia* irlandês do século anterior, relativo ao monastério de Clonmacnoise. Como observa Chauou, ambos os relatos apresentam uma estrutura notavelmente semelhante: um governante é informado da existência da tumba de um herói célebre, o sepultamento é descoberto em circunstâncias específicas associadas ao espaço monástico e os restos mortais encontrados pertencem a uma figura de proporções extraordinárias, marcada por sinais de morte violenta⁴⁹. Essas correspondências, especialmente pela acumulação de detalhes coincidentes, sugerem que a narrativa de Glastonbury pode ter sido construída a partir de modelos preexistentes, reforçando a interpretação de que o episódio foi moldado para atender a interesses políticos e simbólicos específicos.

Os galeses ainda se identificavam como britões e sustentavam uma tradição histórica que reivindicava a Bretanha como terra ancestral. Ao impor uma cronologia própria e reorganizar os significados da história arturiana, os Plantagenetas, mesmo após a morte de Henrique II, efetivamente se apropriaram de uma mitologia que havia sido cultivada por séculos como forma de resistência.

Ao exumar Arthur, os Plantagenetas não apenas enterraram a esperança britã, afinal, a descoberta de seus restos mortais eliminava a crença em seu retorno literal, como também transformaram esse gesto em instrumento de autoridade política. Declarando encerrado o ciclo mítico de Arthur, eles esvaziaram sua dimensão subversiva e reconfiguraram sua memória em favor da nova ordem vigente.

⁴⁸ BERARD, *op. cit.*, p. 91, tradução nossa.

⁴⁹ CHAUOU, *op. cit.*, p. 317.



A construção da legitimidade passava, assim, por uma morte simbólica: não apenas do rei lendário, mas do que ele representava para os britões enquanto símbolo de resistência. Como bem resumiu Chauou, “o rei Arthur teve de morrer para que a ideologia Plantageneta continuasse a viver”⁵⁰. O antigo herói da Bretanha fora domesticado, esvaziado de seu potencial insurgente e reinscrito como herança da monarquia inglesa. Ao transformá-lo em um símbolo da sua dinastia, os Plantagenetas encerravam seu projeto de apropriação: Arthur já não pertencia aos britões, ele agora servia à dinastia que os conquistara.

Conclusão

A análise do uso do mito arturiano no contexto do reinado de Henrique II evidencia que a legitimação do poder régio na Inglaterra do século XII não se restringia a fundamentos jurídicos ou militares, mas envolvia, de maneira decisiva, a construção e a mobilização de representações simbólicas. Em um cenário marcado por instabilidade dinástica, fragmentação territorial e rivalidades políticas, a monarquia Plantageneta recorreu à elaboração de uma narrativa histórica capaz de conferir continuidade, autoridade e inteligibilidade ao seu domínio.

Nesse processo, a *Historia Regum Britanniae*, de Geoffrey de Monmouth, desempenhou papel central ao reconfigurar a figura de Arthur como um modelo de realeza adaptado às demandas políticas do século XII. Ao ser incorporado à tradição historiográfica, o mito arturiano deixou de ocupar apenas o campo das narrativas lendárias, passando a integrar um repertório simbólico mobilizado de forma ativa na construção da autoridade régia. A figura de Arthur, tal como apresentada na obra, não apenas remete a um passado prestigioso, mas estabelece parâmetros de poder, articulando virtudes militares, organização política e legitimação religiosa.

A apropriação desse modelo pela monarquia Plantageneta deve ser compreendida como parte de um processo mais amplo de elaboração

⁵⁰ CHAUOU, op. cit., p. 333, tradução nossa.

ideológica. Ao reivindicar uma continuidade com um passado britânico anterior às rupturas recentes, Henrique II e sua corte buscavam consolidar uma identidade monárquica capaz de rivalizar com as tradições legitimadoras continentais, especialmente aquelas associadas à herança francesa. Nesse sentido, o mito arturiano funcionou como um recurso estratégico, permitindo à dinastia afirmar sua autoridade em termos simbólicos comparáveis aos de seus principais concorrentes.

Essa dimensão evidencia que a relação entre poder e mito no século XII não era estática, mas profundamente dinâmica. A legitimação régia envolvia não apenas a produção de narrativas, mas também sua regulação, revelando que o domínio simbólico constituía um elemento central das disputas políticas do período. Nesse sentido, o mito arturiano não deve ser compreendido apenas como reflexo de uma cultura política, mas como parte ativa de sua construção. A apropriação da figura de Arthur pelos Plantagenetas demonstra que a autoridade régia era construída tanto por meio da força e das instituições quanto pela capacidade de atribuir significado ao passado e mobilizá-lo em favor de projetos políticos do presente.

Compreender essa dinâmica é fundamental para desenvolver uma consciência crítica sobre os usos políticos da história e da memória. Em um mundo onde as narrativas históricas continuam a ser moldadas por interesses, questionar quem conta a história e com que finalidade permanece uma necessidade intelectual e política permanente.



REFERÊNCIAS

Fontes

MONMOUTH, Geoffrey of. *History of the Kings of Britain*. London: Penguin Books, 1966.

Bibliografia

BERARD, Christopher Michael. *Arthurianism in early Plantagenet England*. Woodbridge: The Boydell Press, 2019.

CHAUOU, Amaury. *L'idéologie Plantagenêt: Royauté arthurienne et monarchie politique dans l'espace Plantagenêt (XIIe-XIIIe siècles)*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2001.

DAVIES, Rees. Nations and National Identities in the Medieval World: An Apologia. *BTNG RBHC*, Oxford, v. 34, n. 4, pp. 567-579, 2004.

DAVIES, Rees. *The first English empire: Power and identities in the British Isles 1093-1343*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

HIGHAM, Nicholas John. *King Arthur: myth-making and history*. London: Routledge, 2002.

MEECHAM-JONES, Simon. Early Reactions to Geoffrey's Work. In: HENLEY, G.; SMITH, J. (Orgs.). *A Companion to Geoffrey of Monmouth*. Leyde: Brill, 2020, pp. 181-208.

PUTTER, Ad. The twelfth-century Arthur. In: ARCHIBALD E.; PUTTER A, (Orgs.). *The Cambridge Companion to the Arthurian Legends*. Cambridge Companions to Literature. Cambridge: Cambridge University Press; 2009, pp. 36-52.

THORPE, Lewis. Introduction. In: MONMOUTH, Geoffrey of. *History of the Kings of Britain*. London: Penguin Books, 1966.

ZIERER, Adriana. Arthur: De guerreiro a rei cristão nas fontes medievais latinas e célticas. *Brathair*, São Luís, v. 2, n. 1, pp. 45-61, 2002. ISSN 1519-9053. Disponível em: <https://ppg.revistas.uema.br/index.php/brathair/article/view/665>. Acesso em: 30 de março de 2026.

ZIERER, Adriana. O mito arturiano e sua cristianização nos séculos XII e XIII. *Ciências Humanas em Revista*, São Luís, v. 3, n. 1, pp. 141-155, 2005. Disponível em:

<https://guiamedieval.webhostusp.sti.usp.br/o-mito-arturiano-e-sua-cristianizacao-nos-seculos-xii-e-xiii/>. Acesso em: 30 de março de 2026.